

## REFLEXÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO MACHADINHA/QUISSAMÃ/RJ

## REFLEXIONES ACERCA DE LA EDUCACIÓN ESCOLAR QUILOMBOLA EN LA COMUNIDAD REMANESCENTE DE QUILOMBO MACHADINHA/QUISSAMÁ/RJ

**Maria Clareth Gonçalves Reis**

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UNF)  
clareth13@gmail.com

**Maria Raimunda Penha Soares**

Universidade Federal Fluminense, Campus Rio das Ostras.  
raysoares@hotmail.com

**Rute Ramos da Silva Costa**

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Campus Macaé  
ruteatsoc@gmail.com

**Resumo:** Apresentamos um relato de experiências acerca da implementação da Educação Escolar Quilombola na Escola Municipal Felizarda Maria Conceição de Azevedo, situada no Quilombo Machadinho, em Quissamã/RJ, tendo como foco as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Para isto, exibiremos o contexto histórico das comunidades quilombolas no Estado do Rio de Janeiro, situando o Quilombo Machadinho. Trazemos passos para implementação das Diretrizes na referida escola, priorizando o encontro de Formação realizado em abril, deste. Apontamos as metas para darmos prosseguimento a parceria já estabelecida entre a Secretaria de Educação do Município de Quissamã, a escola e a comunidade, a fim de termos uma proposta curricular que contemple uma Educação Escolar efetivamente Quilombola. A opção metodológica foi pela pesquisa-ação, pela estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, no qual pesquisadores e participantes representativos da situação estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1986).

**Palavras-chave:** Educação; Escola; Quilombo; Diretrizes.

**Resumen:** En el marco de las Directrices Curriculares Nacionales para la Educación Escolar Quilombola, se presenta un relato de experiencias acerca de la implementación de la Educación Escolar Quilombola en la Escuela Municipal Felizarda Maria Conceição de Azevedo, situada en el Quilombo Machadinho, en Quissamã / RJ, teniendo como foco las Directrices Curriculares Nacionales para la Educación Escolar Quilombola. Para ello, exhibiremos el contexto histórico de las comunidades quilombolas en el Estado de Río de Janeiro, situando el Quilombo Machadinho. Trazamos pasos para la implementación de las Directrices en la referida escuela, priorizando el encuentro de Formación realizado en abril de este. En el caso de que se produzca un cambio en la calidad de la educación, se debe tener en cuenta que, La opción metodológica fue por la investigación-acción, por la estrecha asociación con una acción o con la resolución de un problema colectivo, en el cual investigadores y participantes representativos de la situación están involucrados de modo cooperativo o participativo (THIOLLENT, 1986).

**Palabras clave:** Educación; Escuela; Quilombo; Directrices.

### Introdução

Este texto tem como objetivo trazer um relato de experiências acerca da implementação da Educação Escolar Quilombola na escola Municipal Felizarda Maria Conceição de Azevedo, inserida na Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) Machadinho, no município de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro.

Nossas histórias e vivências no Quilombo Machadinho são anteriores ao trabalho de que trata este texto. Cada uma de nós se aproxima e dialoga inicialmente com a comunidade por motivos distintos, mas com motivações e metodologias muitas próximas: conhecer a comunidade,

estabelecer relações de trocas de saberes, rompendo com o verticalismo que vigora nas academias e, sobretudo, contribuir com a efetivação de propostas coletivas que surjam na comunidade ou em diálogo com ela.

Neste sentido, optamos por ampliar os conhecimentos das/os profissionais do estabelecimento de ensino em questão por meio da pesquisa-ação, pela compreensão de que este tipo de metodologia, com base empírica, é concebida, e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1986, p.14).

Nesta perspectiva, pretendemos trazer neste texto um relato dos primeiros passos de aproximação com os/as gestores/as da escola e os/as demais profissionais que a compõe para a materialização desta proposta. Ressaltamos a necessidade de um diálogo permanente entre todos/as os/as envolvidos/as: comunidade, escola e pesquisadoras.

## Contexto histórico das comunidades quilombolas no cenário brasileiro

Após cem anos da abolição da escravatura, a Constituição da República Federativa do Brasil, reconhece os remanescentes das comunidades de quilombos como sujeitos de direito. O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias prevê a emissão dos títulos de propriedade definitiva das terras ocupadas, pelo Estado (BRASIL, 1988).

O quilombo foi o mais complexo fenômeno histórico de resistência escrava ao senhorio e ao próprio Estado colonial, significando uma oposição frente à sociedade que oprimia os negros escravizados e desconsiderava as suas línguas, religiões e os seus modos de viver (MOURA, 1988; CARNEIRO, 2011; MELLO, 2012). O conceito de quilombo pode ser visto, por no mínimo, duas lentes: a definição que marcou o período colonial, enquanto um fenômeno do passado, e o segundo sentido ressemantizado e ampliado pelo Movimento Negro Unificado.

Os autores Abdias Nascimento, Beatriz Nascimento, Joel Rufino dos Santos e Lélia Gonzalez são referências no processo de nova significação negra quilombola (RATTS, 2006). A partir deles, passou-se a considerar um significado de resistência política e cultural dos remanescentes de negros escravizados e não somente às comunidades originárias de fugas ou insurreições. Na composição deste novo constructo, foi apreciada a existência de modos distintos de posse das terras e de territorialidades específicas, submetidas a um histórico comum de segregação, discriminação e marginalização social, política e econômica (MELLO, 2012).

O Decreto nº 4887, promulgado em 20 de novembro de 2003, com finalidade de regulamentar o processo referente à identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, no Art. 2º considera como CRQ: “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003).

Atualmente existem mais de 2600 CRQ em todo o território nacional (Fundação Cultural Palmares, 2017). Entretanto, estima-se que este número possa chegar a 5.000 comunidades. O cenário dessa parcela da população permanece marcado pela negação de direitos transindividuais e vulnerabilidade social. Apenas 86 das comunidades possuem o título da terra (INCRA, 2016), sem a qual está negada a superação da pobreza e melhoria da qualidade de vida. As desigualdades ultrapassam a distribuição territorial e se refletem nas condições de vida iníquas, um cenário que esboçaremos a seguir.

O Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas (BRASIL, 2013a) mostrou que 74,73% das famílias quilombolas vivem em situação de extrema pobreza (com renda per capita inferior a 70 reais mensais), 63% das casas quilombolas possuem piso de terra batida, 62% não possuem água canalizada, 36% não possuem banheiro ou sanitário, 76% não possuem saneamento adequado, 58% queimam ou enterram o lixo no território e 78,4% possuem energia elétrica.

Quanto à saúde, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (BRASIL, 2012a) apontou para a persistência de altas prevalências de desnutrição crônica entre quilombolas menores de cinco anos de idade (16%), enquanto que a média nacional para o mesmo indicador é de 1,7%. A *Pesquisa de*

*Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional de Comunidades Quilombolas Tituladas* (BRASIL, 2013b), mostrou que 20% das crianças quilombolas avaliadas encontra-se com sobrepeso, a mais nova e comum expressão de insegurança alimentar e nutricional. No quesito educação, Rêgo e Castro (2014, p. 127) mostraram que “[...] 23,8% dos chefes dos domicílios quilombolas nunca estudaram e 64,5% cursaram até o ensino fundamental. O grau superior completo e a pós-graduação foram cursados por 1,5% e 0,3% dos entrevistados, respectivamente.

Em relação às CRQ do estado do Rio de Janeiro, observa-se uma situação semelhante de não acesso à terra. Um total de trinta e seis comunidades, situadas em vinte municípios<sup>1</sup>, receberam a certificação de CRQ pela Fundação Cultural Palmares. Destas, somente três possuem a titulação de suas terras: Preto Fôrro, em Cabo Frio, Campinho da Independência, em Paraty e Ilha da Marambaia, em Mangaratiba (FUNDAÇÃO PALMARES, 2017; INCRA 2017).

A região norte do Rio de Janeiro possui a maior concentração de CRQ do Estado, pois foi uma importante área produtora de cana de açúcar baseada na mão de obra escrava, com inúmeros engenhos rudimentares de pequeno porte. Essa mesma região, durante o século XIX, concentrava a maior proporção de escravizados, ultrapassando as regiões agroexportadoras, como Paraty (“quadrilátero do açúcar” paulista) e Pernambuco (MARCHIORI, 1987).

Após a abolição da escravatura, a maior parte da população negra se manteve na própria região, constituindo pequenas comunidades negras rurais, vizinhas às propriedades que habitavam anteriormente (em geral, terras abandonadas por seus donos). Porém, há alguns casos peculiares como o exemplo de Machadinho, no município de Quissamã. Nesse local, mesmo após a abolição, os negros permaneceram vivendo em senzalas e oferecendo seus serviços aos antigos senhores em troca de pequenos pagos, mas mantendo-se como um grupo social com características próprias. Soares (2002) caracteriza essa modalidade de formação como ‘assenzalados’.

A Comunidade Machadinho, reconhecida como remanescente de quilombo, em 2006, pela Fundação Palmares, é composta de cinco grupamentos: Fazenda Machadinho, Sítio Boa Vista, Sítio Santa Luzia, Mutum e Bacurau. Ao todo são aproximadamente 300 famílias e um total de 983 habitantes<sup>2</sup>. Atualmente encontra-se com o processo de requerimento da titulação das terras, junto ao INCRA e a prefeitura municipal de Quissamã, em andamento.

Na Fazenda Machadinho, que funciona como a sede do Quilombo estão localizados espaços culturais restaurados pela prefeitura local, entre os anos 2006 e 2008, como a Casa de Artes, o Memorial de Machadinho, o Armazém, a Capela e as antigas senzalas<sup>3</sup> - atuais moradias de famílias que resistiram no local. Encontram-se também neste núcleo um posto de saúde e uma escola de ensino fundamental, a Escola Municipal Felizarda Maria Conceição de Azevedo, espaço no qual estamos em processo de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ).

Somente em 2015 que a comunidade criou e legalizou sua associação de moradores, a ARQUIMA<sup>4</sup>, para a representação de seus interesses frente a sociedade civil e governo, caracterizando um processo de fortalecimento político e cultural importantes. Rompe-se uma relação de subordinação frente ao poder público e ingressa em uma relação de fortalecimento político coletivo, de criação e protagonismo quilombola e de autonomia na gestão de espaços culturais importantes que até então eram vinculados à prefeitura municipal, conforme indicaremos abaixo.

Junto a ARQUIMA, somaram-se as parcerias com universidades, como a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UNEF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ),

1 Os municípios do Rio de Janeiro que possuem CQ em seu território: Angra dos Reis, Araruama, Areal, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Magé, Mangaratiba, Natividade, Parati, Petrópolis, Quatis, Quissamã, Rio Claro, Rio de Janeiro, São Fidelis, São Francisco de Itabapoana, São Pedro da Aldeia e Valença.

2 Segundo dados coletados junto ao posto de Saúde de Machadinho em fevereiro de 2016 no âmbito do Projeto Territórios Criativos. Segundo os dados são 329 pessoas do sexo feminino e 654 pessoas do sexo masculino nos cinco territórios que compreendem a Comunidade Quilombola. Cf. SOARES, M. R. P. et al, 2017.

3 Importante registrar que Machadinho, ao que temos informações, é o único quilombo onde os moradores permanecem onde antes foram as senzalas. Para os quilombolas de Machadinho há uma ressignificação de um lugar que antes fora de confinamento e agora é o lar de muitas famílias. É comum ouvirmos dos quilombolas: “enquanto a casa grande está em ruínas a senzala resiste”.

4 Associação de Remanescentes de Quilombo de Machadinho.

Universidade Federal Fluminense (UFF) e Instituto Federal Fluminense (IFF), bem como outros profissionais que têm auxiliado em termos teóricos e metodológicos as diversas organizações da Comunidade na direção da sua autonomia política e auto-sustentação econômica.

Nesse sentido, no processo de construção de seus caminhos, a CRQ Machadinha vem fortalecendo seu protagonismo em diversas ações, como o jongo, a culinária quilombola, o artesanato, as oficinas de jongo mirim, o fado e contação de histórias, além da discussão sobre os arranjos produtivos na agricultura, a gestão comunitária de espaços culturais, a transmissão de conhecimentos ancestrais via oralidade e a educação escolar quilombola. Nos próximos itens abordaremos esforços e propostas que vêm sendo empreendidos na/e com a comunidade, no sentido da implementação das DCNEEQ.

## Primeiros passos para implementação da educação escolar quilombola em Machadinha

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, prevê em sua implementação a participação ativa e permanente da comunidade. Este é um elemento essencial e decisivo no sucesso deste processo que exige antes de tudo um olhar da comunidade para si mesma e a criação de relações entre escola e comunidade que se sustentem independente de gestões ou interesses alheios aos da Educação.

As Diretrizes devem ser implementadas como políticas públicas, portanto, uma responsabilidade do Estado, como prevê a legislação, e não como ações isoladas e pontuais, que partam do interesse de um professor sensível a esta questão ou que estude a temática afro-brasileira<sup>5</sup>. É óbvio que consideramos importante utilizarmos as ações que tratam das questões étnico-raciais e quilombolas que já existem na escola, como iniciativas que poderão fortalecer a proposta de implementação destas diretrizes.

Neste sentido, o processo de implementação destas Diretrizes é longo e cercado de cuidados teóricos, metodológicos e políticos, na perspectiva de considerarmos sempre o protagonismo da comunidade no reconhecimento dos elementos/eixos que alimentam a Educação Quilombola, como prevê as DCNEEQ: a) da memória coletiva; b) das línguas reminiscentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade (BRASIL, 2012b).

Apesar de inúmeras intervenções na Comunidade de Machadinha, com vistas, a trazer à tona a memória cultural e preservação do patrimônio material e imaterial, ainda prevalecia, conforme depoimentos de líderes locais e registros em trabalhos publicados sobre Machadinha, uma necessidade de fortalecimento da identidade e do protagonismo quilombola, especialmente entre os mais jovens, que rompesse com uma relação de “dependência” dos moradores da comunidade com o poder local. Daí entendermos a importância da potencialização da autonomia das ações empreendidas pelos coletivos locais, como o jongo e a associação, que geram dinâmicas para além dos laços com a prefeitura (SOARES, Et. Al. 2017: p.70).

É neste cenário, de fortalecimento político do quilombo e reconhecimento do protagonismo quilombola que surge a demanda, na/e da comunidade, em participar das decisões referentes à educação na Escola Municipal Felizarda Maria, uma vez que se sentiam distantes da escola situada dentro do seu próprio território.

Inicialmente esta demanda surge com a preocupação em relação à evasão escolar de crianças quilombolas, ao fim do período integral, ao pouco interesse das mães da comunidade em colocarem seus filhos na escola matriculando-os em escolas distantes e, a pouca ou nenhuma inserção da comunidade nas decisões da e sobre a escola.

A partir destas demandas, no âmbito do Projeto Territórios Criativos<sup>6</sup>, implementado

---

5 Não estamos desconsiderando a importância do compromisso individual dos professores, alunos e mesmo gestores na implementação da proposta.

6 Este projeto foi desenvolvido, além do Quilombo Machadinha, em três outros territórios, com diferentes equipes, Cariri (CE), Madureira (RJ) e Paraty (RJ) sob a coordenação geral do Professor Leonardo Guelman (UFF) e com financiamento do Ministério da Cultura (MinC). Apresentamos aqui apenas os resultados do território no qual estivemos inseridos.

em Machadinho entre 2015 e 2016, foi realizada uma primeira reunião para discutir Educação Quilombola. A reunião, que aconteceu na Escola Felizarda Maria, em outubro de 2015, contou com a participação de integrantes da CRQ Machadinho, professores e técnicos do NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas) do IFF/Quissamã, pesquisadores e bolsistas da UENF, representantes da Secretaria de Educação de Quissamã, professores e Diretora da Escola Municipal e a equipe do Projeto Territórios Criativos da UFF.

Esta reunião foi um importante passo inicial, além de apresentar as DCNEEQ foi possível conhecer o funcionamento da Escola, que na ocasião contava apenas com projetos do programa “Mais Educação”<sup>7</sup> para discutir a cultura afro-brasileira, através de oficinas<sup>8</sup> de dança e capoeira. Neste sentido, foi apresentada e discutida a proposta de implementação da educação quilombola na escola municipal Felizarda Maria e os seus pontos centrais: a construção de um projeto político pedagógico, a formação inicial e continuada dos professores com base na realidade da comunidade e do panorama nacional, e uma gestão escolar democrática e autônoma. Destacamos em diversas falas o papel estratégico que a escola possui em resgatar e continuar os saberes e a tradição quilombola, assim como, a necessidade de se escutar a comunidade a todo instante (na implementação, elaboração e execução da proposta), pois são estes os detentores dos saberes tradicionais.

Foi pontuado ainda a extrema necessidade de inserir essa política nas escolas que se encontram fora da Comunidade, que atendem as turmas do 6º ano ao ensino médio, nas quais os alunos quilombolas estão presentes. Outro elemento destacado por professores do IFF é de que os temas sobre a cultura e identidade quilombola devem ser tratados de forma transversal à todas as disciplinas, o que exige necessariamente a qualificação (inicial e continuada) de todos os professores e de forma geral uma inserção de todo o corpo técnico da escola no debate sobre a educação quilombola (Relatório do Projeto Territórios Criativos, 2016).

Em um segundo momento houve a realização da primeira formação junto aos professores da escola pelo NEABI/ IFF de Quissamã, com algumas dificuldades em efetivar esta ação<sup>9</sup>. A proposta era ouvir os professores e estudantes e a partir dos relatos trazer elementos para se pensar a Educação Quilombola no cotidiano escolar. Neste sentido, diante da resistência observada pela direção da escola e pouco envolvimento dos professores nas ações anteriores<sup>10</sup>, optou-se por outra dinâmica: “ocupar” a escola, através de ações diversas que discutam a cultura afro-brasileira, as tradições da comunidade, os fazeres e saberes e que possibilitem aos alunos aprenderem com a comunidade. A comunidade deve ir para dentro da escola, realizar atividades e, a partir desta ocupação criativa reivindicar e construir coletivamente a educação quilombola. Realizar encontros periódicos (quinzenais ou semanais) com estudantes (e professores/as) da escola, levando pessoas da comunidade para falar da vivência e tradições quilombola (Relatório do Projeto Territórios

---

7 O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. Fonte: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/apresentacao?id=16689>

8 Importante destacar que a Escola já havia contado com a participação da Moradora Dalma dos Santos, Pesquisadora Quilombola e atualmente diretora do Memorial de Machadinho, como integrante de uma proposta de oficina de Jongo para as crianças.

9 Apesar de articulação anterior para esta formação, não houve por parte da Direção da Escola um movimento de mobilizar os professores, havendo ao contrário uma postura de dificultar o processo.

10 “Em relação às atividades realizadas com os professores a proposta é que se utilize dos encontros de planejamento que já ocorrem na escola. Estes encontros e oficinas com os professores são essenciais para que haja uma sensibilização dos mesmos com as demandas da comunidade e a cultura quilombola. Foi destacado na reunião que em visita de representantes do NEABI às escolas de Quissamã, observou-se que a maioria dos docentes residia fora da cidade. Outra proposta apresentada foi a de levar alunos e professores da escola do quilombo a realizarem e participarem de atividades fora da escola, atividades na comunidade e que envolvam seus moradores (como as oficinas oferecidas pela Dalma dos Santos no Memorial, uma visita guiada aos espaços culturais e históricos da comunidade, etc.). Além desta proposta, destacou-se a importância de articular novamente as atividades realizadas por Dalma dos Santos (oficinas de Jongo, Fuxico e contação de histórias) com a escola.” (Relatório do Projeto Territórios Criativos, 2016).

Criativos, 2016).

Desta reunião saíram inúmeras propostas, todas com a perspectiva de envolver os professores e a comunidade diretamente na sua execução, além do compromisso dos professores presentes em contribuir com as ações. Entretanto, apesar dos importantes encaminhamentos, a implementação da Educação Quilombola não teve prosseguimento naquele momento, em especial devido à resistência da escola, através de sua direção e do pouco envolvimento da secretaria de educação e da gestão municipal como um todo, e só vem a ser retomada em 2017, conforme explicitaremos melhor posteriormente.

Estes elementos são importantes para evidenciar os entraves que podem ser decisivos na implementação da Educação Quilombola e, talvez nos levar a inferir porque tão poucos quilombos têm as Diretrizes implementadas. Por outro lado, nos aponta para a necessária articulação entre gestão municipal, comunidade e escola na implementação destas Diretrizes.

O cenário no município de Quissamã e em Machadinho mudou bastante de 2015 para hoje, tanto no interior da escola e na gestão municipal quanto na dinâmica política e organizativa da comunidade. Apesar do cenário nacional apontar para retrocessos na conquista de direitos dos povos tradicionais, consideramos ser o momento propício para a retomada desta proposta de forma organizada e articulada.

Na CRQ Machadinho há, atualmente, algumas ações, coordenadas por Dalma dos Santos<sup>11</sup> e Leandro Nunes<sup>12</sup> que tem como objetivo resgatar o jongo, o fado e as histórias locais para crianças quilombolas. Este projeto, intitulado Flores da Senzala tem uma proposta intergeracional e tem tido um impacto positivo na afirmação e divulgação de práticas culturais essenciais no acionamento da identidade quilombola.

A implementação das DCNEEQ tem papel fundamental no processo de fortalecimento político da comunidade, de fortalecimento do protagonismo quilombola e, sobretudo, na garantia de que futuras gerações quilombolas sejam parte essencial das conquistas políticas e culturais da comunidade.

## Os próximos passos para a implementação das DCNEEQ na Machadinho

A partir da compreensão da necessidade de a escola da Machadinho ter como centro de seu currículo e do Projeto Político Pedagógico (PPP) a fundamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, apontaremos aqui o que foi feito a partir de abril deste ano e o que pretendemos fazer para dar prosseguimento ao diálogo já estabelecido com a Secretaria de Educação do Município de Quissamã.

Todas estas ações tiveram a participação de representantes da comunidade, e também da gestão da escola, especialmente com o apoio do diretor Allan Alves e da coordenadora pedagógica Driele dos Santos. Também foi crucial tanto o apoio quanto a participação de representantes da Secretaria de Educação do Município de Quissamã e da comunidade Machadinho, representando pelo presidente da ARQUIMA, Wagner Nunes Firmino e das moradoras Fabiana de Souza Fernandes e Janaína Pessanha do Patrocínio.

Os objetivos gerais deste encontro foram: impulsionar a implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola na escola Felizarda Maria Conceição de Azevedo, favorecer o estreitamento de relações entre escola e Comunidade com vistas a maior participação da Comunidade Quilombola nas decisões dentro da referida escola.

Cerca de 40 pessoas participaram deste primeiro momento. Inicialmente tivemos uma acolhida por Janaina Pessanha e Joseffe Ferreira, através da entoação coletiva de pontos do Grupo de Jongo Tambores de Machadinho, do qual fazem parte. Logo após, ouvimos os representantes da Prefeitura, da direção da escola e da coordenação pedagógica da escola e do município de Quissamã, os quais expressaram o compromisso em realizar o processo de adequação da modalidade escolar.

11 Dalma dos Santos, diretora atual do Memorial de Machadinho, publicou o Livro Flores da Senzala em 2016, no âmbito do Projeto Territórios Criativos. O livro é uma coletânea de contos de domínio popular de Machadinho que tratam, sobretudo, de histórias dos antepassados da comunidade.

12 Mestre do Jongo Tambores de Machadinho.

Como continuidade desta formação, apresentamos algumas reflexões iniciais a respeito do Art. 26-A da LDB 9394/96 que torna obrigatório o estudo da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e ensino médio, públicos e privados. Apresentamos ainda aspectos essenciais trazidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, como elemento crucial para efetivação da proposta da Educação Escolar Quilombola na escola da CRQ Machadinha. Trouxemos ainda a conceituação de CRQ e a situação da Machadinha neste contexto.

Na perspectiva da construção de uma Educação que contemple os saberes da comunidade, tendo em vista a obrigatoriedade de tratar das relações étnico-raciais nos conteúdos escolares, propusemos a formação de Grupos de Trabalhos (GTs) com o público presente. Cada grupo discutiu e apresentou reflexões sobre as seguintes questões: quais as produções culturais que a comunidade pode trazer para os conteúdos escolares? Como inserir a comunidade na educação escolar? E, por fim, propusemos aos grupos a elaboração de sugestões para colocar em prática a articulação entre os saberes popular e científico. Para isto, cada grupo teve um tempo para refletir sobre as questões e, posteriormente foi realizada a socialização das reflexões produzidas pelos GTs.

Foi proposta ainda uma roda de conversas com o público presente, mas, devido ao tempo escasso, tivemos que extinguir esta etapa. Entretanto, a atividade feita em grupos nos permitiu perceber que já existem atividades que abordam a temática étnico-racial na escola, especialmente por meio de projetos e celebrações de datas comemorativas. Dentre elas, destacamos: entrevistas realizadas com moradores/as mais velhos/as da comunidade; comemoração do Dia da Consciência Negra, a criação da Banda de Lata pelo prof. Enon Vasconcelos Abreu.

Além disso, fazem parte deste repertório as oficinas realizadas por Alexandre Ribeiro, do Programa Mais-Educação, dentre as quais destacamos: a elaboração de livretos de imagens que expressam a estrutura arquitetônica do complexo cultural Machadinha, a saber: o Memorial, as senzalas, a Casa de Artes, a Casa Grande; dramatização dos contos do livro Flores da Senzala (SANTOS, 2016), dentre outros. Apresentações de danças coreografadas com temas de referência à cultura negra e, por fim, a oficina de jongo, iniciada por Dalma dos Santos.

Consideramos este aspecto significativo, por compreendermos que não estamos plantando uma semente em um terreno arenoso e sim num terreno fértil, e profícuo a grandes colheitas futuras. E como produto do encontro de formação, mencionado acima, já está agendada, em junho, uma reunião com a Secretaria de Educação do Município de Quissamã para traçarmos, coletivamente, as próximas ações a serem realizadas em prol da implementação das DCNEEQ na escola da CRQ Machadinha.

A construção dos próximos passos a serem dados surgiu após analisarmos as reflexões trazidas pelos profissionais da escola na formação realizada em abril. Atentos aos objetivos das Diretrizes, pretendemos reiniciar nossas próximas ações com um levantamento detalhado da realidade, ou seja, um diagnóstico com os moradores da comunidade e as diversas organizações existentes no território, a fim de identificar o que eles pensam sobre educação e como esta pode influenciar positivamente no seu modo de existir, na sua forma de vivenciar o presente e decidir o futuro.

Pretendemos dar continuidade às nossas pesquisas sobre as experiências e práticas de educação já existentes em outras comunidades quilombolas; realizar encontros na comunidade para que a mesma possa acompanhar as ações propostas nesta parceria (universidade, secretaria de educação, escola e comunidade); fazer um levantamento mais apurado das produções e atividades referentes à temática afro-brasileira e africana já existente na escola; elaborar e produzir com as comunidades materiais didáticos a partir das práticas e experiências desenvolvidas; planejar a continuidade da formação dos profissionais envolvidos na escola (professores, coordenador pedagógico, auxiliares de serviços gerais, gestores etc.), tendo como foco as DCNEEQ.

Além disso, pretendemos conhecer o currículo e o PPP da Escola, na perspectiva de propormos reflexões acerca de uma gestão democrática da escola, em diálogo com as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola.

Por fim, a partir de estudos e pesquisas desenvolvidas nos últimos anos em comunidades quilombolas, percebemos que ainda existem lacunas que precisam ser preenchidas no que se refere a relação estabelecida entre comunidade e escola. Tendo como base as DCNEEQ, ainda há

necessidade de fortalecermos a inserção da cultura local nas práticas pedagógicas escolares. Ao tratarmos da questão da formação de professores e dos demais profissionais da escola, percebemos por meios do contato já estabelecido, o interesse desse público em ampliar os conhecimentos que já possuem acerca do tema quilombo e seus contextos.

Esses encontros deixaram evidentes muitos potenciais e inúmeros desafios que esperamos superar em cooperação, com os corações plenos de esperança, os ouvidos em prontidão para a escuta ativa, bocas temperadas com paciência e firmeza, mãos untadas com perseverança e os pés bem firmados nas raízes e lembranças dos antepassados que nos permitiram chegar até aqui. Afinal, “Eu nasci lá na Angola, Angola que me criou. Eu sou filho de Moçambique, eu sou negro, sim senhor” (Ponto do Jongo Tambores de Machadinha).

## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 out. 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 4.887 de 20 de novembro de 2003**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa de Avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas**. Brasília, 2013b. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/lista-s.php?tp=pesquisa&stk=ano&id=135>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição- PNaN**. Brasília, 2012a. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_alimentacao\\_nutricao.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais. **Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas**. 2013a. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-pbq>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012b. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares**. 4.ed.São Paulo: Editora Nacional, 2011.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certidão de auto-reconhecimento. certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (CRQS)** atualizadas até a portaria nº 146/2017, publicada no dou de 25/04/2017. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/CERTID%C3%95ES-EXPEDIDAS-%C3%80S-COMUNIDADES-REMANESCENTES-DE-QUILOMBOS-25-04-2017.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

INCRA. Casa Civil da Presidência da República Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ. **Acompanhamento dos processos de Regularização Quilombola**. Atualizado em SET/2016. Disponível em: < [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas\\_quadrogeral.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadrogeral.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2017.

MARCHIORI, Maria Emília Prado (org). **“Quissamã”**. Rio de Janeiro, SPHAN, Fundação Nacional Pró-



Memória, 6ª Diretoria Regional, 1987.

MELLO, Marcelo Moura. **Reminiscências dos Quilombos: território da memória em uma comunidade negra rural**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala- quilombos, insurreições, guerrilhas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

RATTS, Alecsandro. (Re) conhecer quilombos no território brasileiro: estudos e mobilizações. In: FONSECA, Maria Nazareth S. **Brasil Afro-brasileiro**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 285-306.

RÊGO, Liliane Sampaio; CASTRO, Marina Siqueira de. Inclusão produtiva e etnodesenvolvimento para as comunidades quilombolas. In: **BRASIL**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, n. 20. Brasília, 2014, p. 117-150.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. "Comunidade Manoel Congo". In: **Histórias dos Quilombos do Estado do Rio de Janeiro**. Prime Printers Editora e Gráfica Ltda, 2002, p. 54.

SOARES, M. R. P; DIAS, M; GRADELLA, P; MELO, S. F. CANTUÁRIA, A. C; ANDRADE, C. FIRMINO, W. SOUZA, F. AZEVEDO, J. Machadina: Território Quilombola, Território de Luta, Território de Gente Acolhedora. In: GUELMAN, Leonardo C., AMARAL DOS SANTOS, Juliana. , GRADELLA, Pedro de Andrea (Organizadores). **Prospecção e Capacitação em Territórios Criativos: desenvolvimento de potenciais comunitários a partir das práticas culturais nos Territórios Cariri (CE), Madureira, Quilombo Machadina e Paraty (RJ)**. Niterói, RJ. CEART/ Mundo das Ideias. 2017.

Recebido em 15 de junho de 2017.

Aceito em 2 de outubro de 2017.